

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br



Arremate

RESPOSTA – A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra) informa que o buraco no asfalto da Rua C-197, no Jardim América, mostrado no Giro de domingo, foi tapado no mesmo dia.



ECONOMIA

Atrasos revelam dificuldades

GOVERNO DE GOIÁS Embaraço financeiro evidencia que comprometimento com a folha pode ser mais grave do que apontam relatórios oficiais; mudança alterou cálculo do nível de gastos

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

O atraso de parte da folha de pagamento dos servidores revela a dificuldade que o Estado passa com o caixa, e que pode ser bem maior do que aparenta. Goiás é um dos poucos em que o nível de gasto com pessoal do Executivo tornou-se, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), menos crítico em 2018 do que em 2014.

Na maior parte do País, houve aumento da despesa conforme a crise econômica avançou e, ao todo, 16 estados já ultrapassaram, no segundo quadrimestre do ano, o limite prudencial estabelecido pela LRF. Goiás não está entre eles. Atualmente, o gasto está em 41,19% sobre a Receita Corrente Líquida (RCL).

A LRF prevê o limite prudencial em 46,17%, e, em dezembro de 2014, o percentual era de 46,3%. Entretanto, em contraste com a aparente melhora, estão os atrasos atuais no pagamento de parte do salário dos servidores e a dificuldade com compromissos financeiros da saúde e segurança.

O quadro é mais grave do que os números fazem parecer, porque o governo estadual mudou, no ano passado, o cálculo dos indicadores de gasto com a folha de pagamento (Emenda Constitucional nº 55/2017). Debaram de ser computadas, a partir do segundo quadrimestre de 2017, as despesas com pensionistas e os valores referentes ao Imposto de Renda dos servidores, retido na fonte, em uma ação feita também por outros estados para não descumprir o limite estabelecido pela lei.

O procurador-geral interno do Ministério Público de Contas de Goiás (MPC/GO), Fernando

Carniero, afirma que houve alteração também com Emenda Constitucional 54 e as mudanças foram questionadas pelo MPC, que aguarda "análise para breve". "Adotou uma metodologia distinta da prevista pela Secretaria do Tesouro Nacional, alterou a realidade", diz.

"Então, aparece no relatório que o céu é de brigadeiro, mas estamos numa tempestade muito grave", afirma Fernando, reforçando que "uma hora o caixa se revela", como ocorre agora com os atrasos na folha de pagamento. Para ele, o recuo é pelo efeito, que pode perdurar.

VENCIMENTO

Sobre os atrasos, a Secretaria da Fazenda (Sefaz) encaminhou nota à reportagem em que explica que 90% da folha de setembro dos servidores do Estado já foi quitada no prazo, incluindo a maior parte daqueles que recebem até dia 10 de cada mês (Legislativo, Ministério Público e servidores de outros órgãos com salários superiores a R\$ 3,5 mil). O que resta corresponderia a menos de 10% da folha para ser quitada, os que recebem acima do patamar de R\$ 3,5 mil lotados na própria Sefaz, dos Tri-

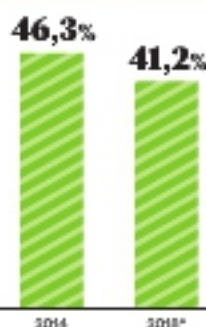
“O ano é muito difícil. Trouxe as receitas para o chão. Quando se fez a lei ninguém previu que poderia acontecer”

Raul Veloso,
economista

Limites da lei

Despesa total com pessoal em relação à receita*

RELAÇÃO DESPESA E RECEITA



* 2º quadrimestre do ano. Metodologia adotada conforme § 4º da Lei 113 da EC nº 55/2017, no sentido de incluir o IRRF e as parcelas do cálculo do DTP. Exatidão as variações referentes às Pensões Especiais. Fonte: Tesouro Nacional

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Limite máximo	48,60%
Limite prudencial	46,17%
Limite de alerta	43,74%

buais de Contas do Estado (TCE) e do Município (TCM), e do Tribunal de Justiça (TJ), com previsão de pagamento para até sexta-feira (19).

O atraso para 10% da folha, segundo a nota, "ocorreu porque os recursos do Tesouro não são destinados apenas para pagamento de pessoal, há outras despesas de custeio a serem cumpridas". Somente neste mês o Estado precisa sanar uma dívida de R\$ 89 milhões com agentes financeiros, cujo atraso poderia implicar em bloqueio de recursos do Tesouro estadual.

"O governo de Goiás vai cumprir normalmente as vinculações constitucionais até o final do ano. Além disso, vem estabelecendo um conjunto de medidas de redução de despesas e priorização das obrigações com

educação, saúde e segurança", diz o texto da nota.

Mas o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Goiás (Sindispública), Nylto Sérgio José Nogueira Junior, afirma que os servidores se encontram apreensivos em relação aos próximos vencimentos e que o sindicato noticiará o fato, caso ocorra novamente, ao MP e TCE "a fim de que sejam apuradas eventuais responsabilidades dos gestores pelo atraso". "E cobraremos a atualização da remuneração referente ao período do atraso", diz.

Para o economista Marcelo Ladvocat, os estados, de uma maneira geral, têm gastos correntes expressivos e não têm espaço para remanejamentos, já que há despesas que são con-

geladas por lei. "O Brasil passa a viver uma depressão econômica. Os estados estão falidos, sem a menor condição de sair dela a não ser que tenha revisão geral da estrutura do governo que é enorme e engessada", afirma.

ALTERAÇÕES

Marcelo cita o grande número de servidores e a previdência como mudanças necessárias. "Temos um gasto corrente crescente e uma receita decrescente, sem saber onde vai dar."

Para o também economista Raul Veloso, o ano é atípico e a pressão é grande especialmente na receita tributária o que faz ser difícil cumprir todas as exigências da LRF. "Uma saída que se propõe é colocar o ano como de exceção. Os tribunais de conta e Ministério Público precisam sentar para ver medidas com relação a isso."

Para ele, o equacionamento da previdência dos servidores e, em troca, o perdão das exigências da LRF pode ser razoável para muitos estados. "O ano é muito difícil e trouxe as receitas para o chão e quando se fez a lei ninguém previu que poderia acontecer um dia."

Já para o procurador-geral interno do MPC/GO, Goiás precisa de mudanças estruturais e culturais, que além da previdência, olhem para os benefícios fiscais, que historicamente têm significado remédios bilionários. "Dinheiro para arrecadar tem. Vemos ausência completa de indicadores", afirma Fernando Carniero, ao reforçar que os benefícios para o Estado têm de ao menos empatar, com geração significativa de emprego, por exemplo, o que não seria verificado atualmente.



Café da Manhã

ULISSES AESSE

Lixaiada

O asfalto da **BR-060** que liga **Goiânia** a **Brasília** é um lixo com tantos recortes e desníveis de pavimentação que fizeram lá. Um lixo.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Projeto de lei cria modalidade de pré-pagamento para contas de luz

A Câmara Federal analisa projeto de lei do deputado Jovair Arantes (PTB) que pretende instituir a modalidade de pré-pagamento do consumo de energia elétrica. "Trata-se de sistemática aplicada com grande sucesso na telefonia móvel no Brasil, com adesão voluntária de milhões de usuários", diz ele. Segundo Jovair, essa forma de faturamento pode facilitar o planejamento energético e financeiro do consumidor, incentivar a redução do consumo e o aumento da eficiência energética, além de contribuir para a redução da inadimplência – que, continua ele, eleva os custos de distribuição de energia elétrica – e das fraudes. O deputado lembra que, em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) permitiu que essa modalidade de pagamento fosse utilizada pelas distribuidoras nacionais, mas isso não vem acontecendo. Assim, disse ele, a ideia é criar regras que permitam o novo tipo de cobrança. A proposta inclui dispositivos para garantir segurança e ganhos econômicos aos consumidores que optarem pelo pré-pago na conta de luz. Conforme o texto, ficarão de fora, entre outras, as unidades consumidoras classificadas como iluminação pública e as que possuam descontos em virtude de atividade destinada à irrigação e aquicultura. A tarifa aplicada ao pré-pagamento deverá ser inferior a, no mínimo, 10% em relação às modalidades de pós-pagamento. Ainda segundo o texto, uma eventual elevação das tarifas não afetará o montante de energia que o consumidor já tenha adquirido. O total de créditos disponíveis deverá ser informado no medidor, que também alertará quando estiverem acabando. O texto prevê ainda que a distribuidora deverá disponibilizar ao consumidor a opção de utilização de um crédito de emergência, que não poderá ser inferior a 20 kWh.



Parada, sede vai custar R\$ 170 milhões

Projeto paralisado desde 2015 pode ser retomado ainda na gestão atual

FELIPE ANDRÉ*

A construção da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que será localizada no Park Laranjeiras, na região Leste de Goiânia, está em processo final para ser retomada. Com um custo que irá ultrapassar R\$ 170 milhões, a obra deve ser concluída final do presidente da Assembleia, José Vitti (PSDB), já que sua gestão se encerra no dia 31 de janeiro de 2021. Ao menos, é isso que o grupo responsável formado por Vitti espera.

O projeto teve início em 2005, quando foi anunciado. Desde então foi paralisado em algumas oportunidades, sendo a última delas em 2015 com a rescisão do contrato com a antiga construtora. Anderson Máximo de Holanda é o presidente do grupo que cuida do projeto, tendo também um representante da secretaria de contratos, da área financeira, secretária de obras e uma pessoa para gerenciar as licitações da Casa.

O contrato com a antiga construtora foi rescindido de maneira amigável em 2015, por atraso de pagamento e alguns

problemas na execução, foi uma decisão bilateral. A partir de então o grupo foi criado com a preocupação de terminar a base do projeto, para evitar gastos extras. Realizamos os projetos complementares, como na área elétrica, hidráulica e estrutural para não ter nenhuma incompatibilidade com a empresa que for realizar", disse Anderson.

A intenção do grupo é de que a ordem de serviço para retomar as obras seja assinada antes que gestão atual acabe. O prazo pode variar do mês de dezembro até dia 31 de janeiro, tudo irá depender se caso uma empresa derrotada no processo de licitação se ela irá entrar na Justiça para tentar para a obra. Apesar da baixa possibilidade, Anderson prefere trabalhar com a cautela que pode acontecer.

"Estamos lutando contra o tempo, e esta semana esperamos que avance a minuta. Até o final do mês temos que estar com tudo pronto para lançar a licitação. Temos então 45 dias legais para que haja o processo para escolher a melhor proposta para poder executar o contrato. A gente acredita que o presidente retome a obra,



Antes hoje já foram gastos mais de R\$ 24 milhões na nova sede da Assembleia Legislativa, a obra deve ser concluída em 2021

que ele possa assinar a ordem. Pode acontecer de uma empresa derrotada no processo de licitação entrar na Justiça e parar as obras. É um projeto maduro que tem todos os complementares, não vai faltar nada de técnico e acessibilidade", explicou Anderson.

Custos e término da obra

A obra que teve início em 2005 pode ser concluída em 2021, isso se ficar tudo certo. A previsão é que caso seja retomada até o dia 31 de

janeiro e não falta dinheiro, a nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás estaria pronta em 26 meses, finalizando assim em março de 2021.

Até hoje, R\$ 24.625.248,76 foram gastos desde 2005. Entretanto para a reta final a Assembleia ainda irá gastar cerca de R\$ 147 milhões, somando assim R\$ 171.625.248,76, mas vale ressaltar que tudo isso irá depender do fluxo de caixa, se faltar dinheiro as obras podem ser paralisadas novamente.

Em agosto deste ano o

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás aprovou as adequações para o projeto da nova sede que impactavam de maneira direta a continuidade da obra. Na época o tenente Raphael Palma Justo explicou que devido a complexidade da obra a aprovação foi feita de maneira rápida.

"A equipe da Assembleia esteve aqui no nosso lado em várias reuniões, sempre disposta a entender as demandas necessárias para essa conformidade, seja de análise,

aprovações ou retorno das solicitações, e todas foram muito bem-encontradas permitindo que finalizássemos o processo de análise de maneira célere", afirmou o tenente.

A construção da nova sede da Alego irá disponibilizar a área de preservação ambiental do Bosque dos Barões, que será entregue à Prefeitura de Goiânia para proteção da fauna e flora. (Felipe André é estagiário do jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rêddy Crysthian)